

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES DE CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO EM MOSSORÓ/RN

LÚCIA DE FÁTIMA REBOUÇAS DE SOUZA

luciasouzaadm@hotmail.com

ANA GABRIELE RODRIGUES DE SANTIAGO

gabrielesanti89@gmail.com

ROBERTO PORFÍRIO DE SOUSA OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

rporfirio19@gmail.com

ANA PAULA DE SOUSA ENÉAS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

yanlapaula@hotmail.com

LILIAN CAPORLINGUA GIESTA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

ligiesta@gmail.com

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCEPÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES DE CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO EM MOSSORÓ/RN

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como as questões ambientais são abordadas nos cursos de Administração de três Instituições de Ensino Superior (IES's) da cidade de Mossoró/RN, na visão de professores e alunos. Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, aplicou-se questionários para alunos e entrevistas para professores na coleta de dados e o método interpretativo para análise desses. Os objetos de estudo são os cursos presenciais em Administração de três Instituições de Ensino Superior (IES), das quais duas públicas e uma privada, da cidade pesquisada. Foi identificado através das narrativas dos professores que a temática vem sendo trabalhada em sala de aula, no entanto, em alguns momentos da pesquisa e ao cruzar os dados entre os dois grupos (alunos e professores), percebe-se que embora os discentes afirmem que as questões ambientais estão inseridas no escopo das disciplinas, estes não conseguem identificar uma abordagem mais efetiva de ações e práticas no que concerne ao assunto em questão. Os resultados obtidos apontam que, apesar dos cursos pesquisados apresentarem a realização de práticas sustentáveis e o ensino da temática em algumas disciplinas, observou-se que as ações são pontuais e não desenvolvidas de forma contínua, o que poderia ser procedente do tipo de comprometimento dos atores envolvidos.

Palavras-chave: Ensino Superior; questões ambientais; práticas sustentáveis.

ENVIRONMENTAL EDUCATION: PERCEPTION OF STUDENTS AND TEACHERS OF ADMINISTRATION COURSES IN MOSSORÓ/RN

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze how environmental issues are addressed in the courses of Administration of three Institutions of Higher Education (HEI) in the city of Mossoró/RN, in the view of teachers and students. This research is descriptive, using questionnaires for students and interviews for teachers in data collection and the interpretative method for analysis of these. The subjects of study are the presential courses in Administration of three Institutions of Higher Education (IES), of which two public and one private, of the searched city. It was identified through teachers' narratives that the theme is being worked on in the classroom, however, in some moments of the research and when crossing the data between the two groups (students and teachers), it is noticed that although the students affirm that Environmental issues are within the scope of the disciplines, they are unable to identify a more effective approach to actions and practices regarding the subject matter. The results show that, although the courses studied present sustainable practices and the teaching of the subject in some disciplines, it was observed that the actions are punctual and not developed in a continuous way, which could be due to the type of commitment of the actors involved.

Key words: Higher Education; environmental issues; sustainable practices.

1 INTRODUÇÃO

Em virtude dos desequilíbrios provocados pelo homem na natureza, as preocupações com as questões ambientais assumem dimensões cada vez maiores. Assim, as iniciativas de gestão global e regional têm cooperado para amenizar os problemas ambientais (CURI, 2012).

Nessa perspectiva, para Silva e Pessoa (2009), a GA constitui-se em atividade política voltada à formulação de princípios e diretrizes, à estruturação de sistemas gerenciais e à tomada de decisões visando atingir o objetivo estratégico do desenvolvimento sustentável.

Dada essa conjuntura, as mesmas autoras afirmam a necessidade da Gestão Ambiental (GA) englobar a educação como instrumento dinamizador de mudanças comportamentais nas pessoas, bem como nas instituições organizacionais embutido nelas a conscientização ambiental como meio de manutenção de uma sociedade sustentável de forma contínua e permanente (SILVA; PESSOA, 2009). Nesse sentido, “a educação no processo de GA articulada intimamente à Educação Ambiental visa promover uma mudança de concepção das questões ambientais, em que cada indivíduo, trabalhador ou grupo promova também mudança social.” (GIESTA, 2010, p.176).

Para que essa discussão seja efetiva, Tozzoni-Reis (2001) elucida que a problemática ambiental e a EA tornaram-se temas importantes nas discussões da relação dos homens com o ambiente e nos cursos de graduação esses temas têm ocupado cada vez mais espaço. No Brasil, há disposições legais que norteiam as práticas de Educação Ambiental (EA) como é o caso da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Ela estabelece no seu artigo 2º, que a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, estando presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de ensino, seja em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN`s) para a Educação Ambiental, determinam que a EA deve estar presente em todas as etapas e modalidades de ensino. As DCN`s indicam também, em seu artigo 10º, que as Instituições de Educação Superior (IES`s) devem “promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental” (BRASIL, 2012, p. 3).

Embora o Brasil tenha aporte regulatório acerca da EA, Barbieri e Silva (2011) retratam que há um número significativo de cursos de graduação de Administração ainda não introduziram a EA conforme estabelece a legislação brasileira. Destaca-se que este é um dos cursos que mais cresceram no Brasil nos últimos anos, como também, os administradores estão entre os profissionais que mais causam impactos ambientais, tomando decisões em seus espaços organizacionais que causam reflexos diretos e indiretos sobre o nível de utilização dos recursos e de poluição resultantes de atividades da organização.

Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva analisar como as questões ambientais são abordadas nos cursos de Administração de três Instituições de Ensino Superior (IES`s) da cidade de Mossoró/RN, na visão de professores e alunos.

Embora geralmente a inserção de diálogos ambientais nos cursos de Administração seja na égide de processos de Gestão Socioambiental, julgou-se pertinente apresentar neste artigo o referencial teórico de Educação Ambiental, já que o foco deste estudo é sobre se/como as questões ambientais são discutidas nos cursos, e não necessariamente seu conteúdo.

2 BREVE RESGATE DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As discussões sobre a Educação Ambiental no mundo contemporâneo estão relacionadas àquelas mais gerais sobre as questões ambientais que têm feito parte das preocupações na atualidade (TOZZONI-REIS, 2001).

De acordo com Reigota (2006), a história da EA tem uma trajetória que praticamente a relaciona com as conferências mundiais e com os movimentos sociais de todo o mundo, e o evento precursor a discutir as questões ambientais foi realizado em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972. Para Dias (2003), este ano testemunharia os eventos mais decisivos para evolução da abordagem ambiental no mundo. A Conferência de Estocolmo, como ficaria consagrada, reunindo representantes de 113 países, tinha o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns para a preservação e melhoria do ambiente humano. A Conferência foi marcada pelo confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

Como consequência da Conferência de Estocolmo, realizou-se em Belgrado, na Iugoslávia, o Encontro Internacional de Educação Ambiental que resultou na criação da Carta de Belgrado. Segue o relato de Andrade (2008, p. 10):

No Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, realizado em Belgrado, 1975 – formulam-se princípios e orientações para um programa mundial de Educação Ambiental, que deveria ser contínua, multidisciplinar e integrada às diferenças regionais.

Segundo Dias (2004), a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi) foi realizada em Tbilisi, capital da Geórgia, no período de 14 a 26 de outubro de 1977, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação (ONU), a Ciência e a Cultura - Unesco, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma, constitui-se em um marco histórico para a evolução da EA. Dez anos depois da Conferência de Tbilisi, trezentos especialistas de cem países e observadores da IUCN reuniram-se em Moscou, CEI (17 a 21 de Agosto de 1987), para o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambientais, promovido pela Unesco/Unep/IEEP, conhecido como o Congresso de Moscou.

Portanto, vinte anos após Estocolmo, quinze depois de Tbilisi e cinco depois de Moscou, chegou-se à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ficando conhecida como a Rio-92, que tornou-se um momento importante também para a evolução da Educação Ambiental. Segundo Reigota (2006), da Conferência do Rio de Janeiro saíram inúmeros documentos relevantes para a educação ambiental, como a agenda XXI, que forneceu uma série de indicações aos governos (inclusive a de promover a educação ambiental) e os tratados elaborados pela sociedade civil, como o Tratado sobre a Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis.

2.1 Educação Ambiental no Brasil

O conceito de Educação Ambiental (EA) evoluiu de acordo com o tempo. No Brasil, a Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, apresenta, em seu Artigo 1º, a seguinte definição para a Educação Ambiental: “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e

competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (BRASIL, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e seu decreto de regulamentação em 2002 têm contribuído para acelerar o processo de institucionalização da EA no Brasil, cujo marco inicial no ensino formal foi a Lei nº 6.938/81, a qual, ao instituir a Política Nacional de Meio Ambiente e determinou a inclusão da EA em todos os níveis de ensino (BARBOSA, 2008).

Cabe destacar que a Educação Ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover o desenvolvimento sustentável (JACOBI, 2003). Na visão de Layrargues (2002) a EA é:

um processo educativo eminentemente político, que visa o desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2002, p.18).

No Brasil, o Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA (2005) apresenta recomendações mais específicas sobre o papel das universidades no desenvolvimento da educação ambiental. Sugere que as instituições de ensino compreendam em suas ações, estratégias a serem implementadas de modo interdisciplinar com outras instituições sociais, além do ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2005).

O Ministério de Educação e Cultura (MEC), por meio da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA), e o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Educação Ambiental (DEA), coordenam a PNEA e o ProNEA. Mas, em razão da transversalidade da Educação Ambiental, outras instituições públicas federais (ministérios, autarquias, estatais etc.) vêm desenvolvendo ações neste campo (BARBOSA, 2008).

A interdisciplinaridade, assim como a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão é o princípio metodológico para estruturar e sistematizar a formação de educadores ambientais nos cursos de graduação das universidades (TOZZONI-REIS, 2001).

O desenvolvimento da Educação Ambiental formal ou informal como instrumento de Gestão Ambiental (GA) pode ser considerado prioritário para atualidade. Além disso, essa retomada de consciência deve acontecer com o apoio de profissionais das diversas áreas de conhecimento, uma vez que se deve considerar a inter-relação existente nos diversos elementos da natureza, assim como a conexão entre os saberes na promoção de mecanismo, meios, ações baseadas em racionalidade ambiental (SILVA; PESSOA, 2009).

Após esta breve consideração sobre discussões de EA, apresenta-se a metodologia do estudo.

3 METODOLOGIA

Esta produção se caracteriza como uma pesquisa descritiva, afinal ela corrobora com a definição sobre essa metodologia de Gil (2009, p.42): “Tem como o objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Quatro IES na cidade de Mossoró/RN ofertam bacharelados presenciais em administração, sendo: uma faculdade privada, e três universidades, uma privada, uma estadual e uma federal. Devido à pequena amostra coletada na faculdade privada, por causa de instabilidades administrativas, essa instituição para esse trabalho foi desconsiderada, já que a quantidade seria estatisticamente inválida. Dessa forma, os objetos de estudo desse artigo são os cursos presenciais em Administração de três Instituições de Ensino Superior (IES), as duas públicas e uma privada, de Mossoró/RN, intituladas respectivamente de Instituição A, B e C.

Para coleta de dados foram utilizados dois procedimentos: questionários e entrevistas.

Os instrumentos questionários desse trabalho são constituídos por uma questão condicional discursiva e as outras, fechadas. A aplicação se deu com os estudantes do curso presentes nas salas de aula no momento da aplicação e que se dispuseram a preenchê-lo. Dessa forma, trata-se de uma amostra acidental, já que é uma “amostra não-probabilista composta de elementos da população retidos unicamente em virtude de sua presença no momento em que se tinha necessidade” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 331). Torna-se interessante usá-la, pois a finalidade é desse trabalho é qualitativo e, assim, não busca generalizações.

Na IES A (universidade estadual) foram atingidos os períodos 1º, 3º, 5º, 7º e 9º, que são os únicos oferecidos na primeira metade do ano, já que embora a estrutura se divida por semestre, a lógica do curso é anual, de forma que se em um semestre são disponibilizados os períodos ímpares, no seguinte serão oferecidos apenas os pares. A coleta deu-se em apenas um dia. Já na Instituição B (universidade federal), a coleta desenvolveu-se em todos os períodos (1º ao 9º), sendo que sua aplicação foi desenvolvida em duas quartas-feiras seguidas, afinal no primeiro dia não se conseguiu levantar os dados em todos os períodos. Por fim, na Instituição C (universidade privada), só nos foi permitida a coleta em três períodos (1º, 3º e 6º), já que só haveria o tempo disponível de um dia letivo.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com três professores do curso de administração que trabalhavam com a área, segundo a indicação prévia do coordenador. Para manter o anonimato, optou-se pelo uso do gênero masculino, independente do gênero do entrevistado. O critério de escolha desta nomenclatura é em ordem aleatória, sendo estas gravadas e transcritas mediante autorização dos entrevistados, e após assinarem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sendo assim, estes indivíduos são nomeados como “Professor 1” para o professor da Universidade Estadual, “Professor 2” para Universidade Federal e “Professor 3” para o da Universidade Privada.

Para a análise dos dados dos questionários foram utilizados os métodos de análise de conteúdo e Qui-quadrado de Pearson. Para Martins e Theóphilo (2009, p. 98), esse primeiro tipo de análise “é uma técnica de se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e direta”. Enquanto, para fazer a análise de associação entre variáveis qualitativas, utilizou-se o Qui-quadrado de Pearson, por meio de testes de associação, comparando-se as respostas dos estudantes nas instituições, ou o teste exato de Fisher. Em todas as análises, para se rejeitar a hipótese de nulidade, foram utilizados 5% de significância.

Devido à indução dos testes durante a análise, observa-se que para fins estatísticos: os alunos que não responderam ou deixaram em branco a questão 6 foram retirados da análise (quatro da Instituição A, três da Instituição B e dez da C), bem como aqueles cujas respostas foram “Paisagem” (um na Instituição A e dois na C). Isto é, desconsideraram-se cinco indivíduos da Instituição A, três da B e doze da C. Constituindo a amostra pesquisada como de 346 discentes respondentes (142 de A, 106 de B e 98 da C).

Para análise dos dados das entrevistas se utilizou o método interpretativo, em que o relato dos respondentes foi analisado à luz da literatura, dando destaque para a voz dos sujeitos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme descrito na metodologia, foram entrevistados três professores cujas atividades se relacionam com as questões socioambientais no curso e os alunos disponíveis no momento da aplicação, a fim de analisar como as questões ambientais são abordadas nos cursos de Administração de três Instituições de Ensino Superior (IES's) da cidade de Mossoró/RN, na visão de professores e alunos. A seguir são apresentadas as respostas dos dois tipos de entrevistados, sendo este trabalho apenas um recorte da coleta de ambos.

Ressaltamos que para a caracterização dessa amostra de 346 alunos apresenta-se a Tabela 1.

Tabela 1 - Número de alunos participantes da pesquisa nas Instituições A, B e C

Instituição	Número de alunos	%
A	142	41,1
B	106	30,6
C	98	28,3
Total	346	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Entre as primeiras perguntas, os professores foram questionados sobre a sua concepção de meio ambiente. Nesse momento, estes apresentaram as mais diversas conceituações de como viam o meio ambiente.

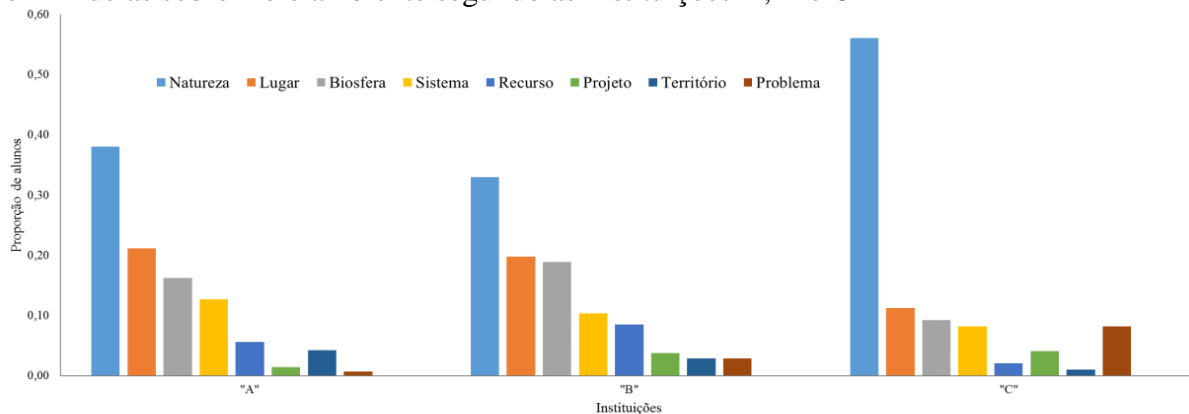
Segundo Sauv  (2005), há múltiplas concep es ou visões de como o meio ambiente pode ser representado e conceituado. A autora considera algumas dessas formas, entre elas: o meio ambiente como natureza – como um lugar para preservar, apreciar e respeitar; meio ambiente como recurso – como o lugar de onde são geridos e extraídos os recursos necessários a vida; meio ambiente como problema – a problemática ambiental deve ser resolvida e prevenida; o meio ambiente como sistema –   a rela o do sistema com os componentes ambientais; meio ambiente como o lugar em que se vive – o meio ambiente consiste tudo que está ao nosso redor; meio ambiente como biosfera – considera a interdependência das realidades socioambientais em nível global que deve ser refletido no local; meio ambiente como projeto comunitário – meio ambiente   visto como um espaço de coopera o e parcerias, as atividades devem ser desempenhadas a partir da coletividade.

Diante do questionamento das visões de cada professor, mostrou-se interessante que os discursos do Professor 1 e do Professor 2 são muito próximos, pois ambos entendem o meio ambiente através de múltiplas faces, que se forem sintetizadas de acordo com a classifica o de Sauv  (2005), seriam: natureza, biosfera, lugar e etc. Isto  , eles acreditam em um conceito amplo, com muitas variáveis, para meio ambiente, porém ao trabalharem em sala usam mais a concep o que se aproxime da categoria que Sauv  (2005) intitula como recurso. Já o Professor 3 v  o meio ambiente como lugar onde se vive, interage e os seres interrelacionam.

Na busca por entender a visão dos administradores em forma o, os alunos também foram questionados acerca de qual das categorias de Sauv  (2005) se assemelhava a sua visão sobre o meio ambiente. Dentre as respostas (Gráfico 1), as quatro ideias mais selecionadas foram: natureza, lugar, biosfera e sistema, respectivamente. Elas possuem associa o em

relação às Instituições ($p = 0,0192$), destacando que a Instituição “C” apresenta uma maior proporção na visão “natureza” (56,1%). Já analisando a comparação entre recurso, projeto, território e problema ($p = 0,0130$), a IES C possui a maior proporção na visão “problema” (8,2%), lembrando que estas visões possuem proporções menores do que 10,0% nas respostas dos alunos.

Gráfico 1 – Ideias sobre meio ambiente segundo as Instituições A, B e C



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Diante das respostas dos dois tipos de indivíduos, percebe-se, inclusive pela sua formação, que a visão dos professores é mais holística e sistêmica, enquanto a visão dos alunos ainda permanece mais tradicional, ligadas às ideias de meio ambiente como natureza. O que mostra-se relevante perceber é que a maioria das respostas dos alunos questionados diferem da que os professores entrevistados trabalham.

Em seguida, os docentes foram questionados se trabalham com as questões ambientais em suas disciplinas, caso sim em quais. Durante as entrevistas, todos afirmaram que realizam a abordagem ambiental durante as aulas, informando as disciplinas ministradas, sendo elas: Responsabilidade Social e Sustentabilidade, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais e Fundamentos da Gestão Pública, na A, Administração Rural, Organização, Sistemas e Métodos e Direito Ambiental, na B; e, Meio Ambiente e Sustentabilidade, na Instituição C.

Foi perguntado aos alunos se existe a discussão das questões ambientais nas disciplinas do seu curso, 339 alunos responderam e seus resultados são apresentados na Tabela 2. Percebe-se que nas Instituições “A” e “C” há uma menor discussão nas disciplinas, haja visto que as respostas positivas não excedem 37,1% das respostas, quando associado à Instituição “B” ($p < 0,0002$), que teve “sim” como resposta de 52,9% respondentes.

Tabela 2 - Discussão das questões ambientais nas disciplinas dentro das Instituições A, B e C

Instituição	Discussão				Total
	Sim	%	Não	%	
A	37	26,8	101	73,2	138
B	55	52,9	49	47,1	104
C	36	37,1	61	62,9	97

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Visto que todos professores responderam que trabalham com as questões socioambientais em disciplinas específicas ou correlacionadas, mostra-se pertinente ressaltar

que apenas na Instituição B a maioria (52,9%) dos alunos concordam que há discussão nas disciplinas, isto é, sua resposta se assimila a do professor. Acredita-se que o número de respostas positivas não tenha sido maior em nenhuma das três devido à possibilidade de que os alunos questionados não tenham ainda passado pelas disciplinas que o seu curso oferece, ou seja, um desconhecimento da sua própria grade curricular.

Continuando com os relatos das abordagens da temática, os professores apresentaram de que modo as questões ambientais eram trabalhadas com os alunos nas disciplinas:

Ela transcende todas as disciplinas. Em alguns momentos nem faz parte da ementa, mas a discussão aparece. Por exemplo, na disciplina Gestão de Materiais, a gente trabalha com uma logística reversa, quando a gente trabalha com resíduos sólidos, como armazenar resíduos, então essa discussão aparece, mesmo não sendo ponto tão claro na ementa (PROFESSOR 1).

Quando eu trabalho a questão ambiental é a partir da realidade. Como assim? Mossoró tem uma realidade ambiental, Russas tem uma realidade ambiental, Fortaleza tem uma realidade ambiental. Por que é que nós temos que trabalhar com a realidade para discutir a questão ambiental? Porque nós somos geograficamente diferentes; porque as condições climáticas, correspondem à clima, à solo, também são diferentes nos locais; porque os níveis de sociabilidade são diferentes nos locais; porque a imersão que concerne a cadeia produtiva dos lugares também é diferente. Então para trabalhar a questão ambiental, nós temos que trabalhar a partir da realidade que nós temos (PROFESSOR 2).

Nas aulas trazemos muitos estudos de caso. Fazemos a parte teórica, as ferramentas da gestão ambiental e aí trazemos a realidade local. Por exemplo, nós temos aqui em nossa região temos três ramos econômicos fortes, fruticultura irrigada, salinas e petróleo, e nesses três ramos nós analisamos a cadeia produtiva das empresas, analisamos desde a extração matéria-prima até o produto, e dentro dessa cadeia produtiva nós elencamos algumas estratégias de sustentabilidade nas empresas, ou utilizando a ferramenta que a gente usa bastante “internalizando as externalidades”, que a gente analisa o resíduo produzido e a gente reintroduz na cadeia produtiva o resíduo, então é dessa forma que a gente consegue aplicar esses conhecimentos de forma mais prática, muitos dos nossos alunos já são empresários, muitos já tem uma vivência na área, então isso muitas vezes facilita como a gente poderia trazer essa realidade, aproximar a prática da teoria (PROFESSOR 3).

Cherubini (2013) afirma que o papel do professor nos dias atuais é o de se arriscar, buscar sempre métodos e novas formas que agreguem participação dos alunos na formação de sujeitos críticos e conscientes, ou seja, indivíduos capazes de transformar o meio. Dessa maneira, a interdisciplinaridade, que foi de certa forma abordada pelos professores pesquisados, proporciona um ambiente interativo, que desafia pontos de vista, agregando no processo de ensino-aprendizagem a articulação de diversas disciplinas em contexto.

Na próxima questão do questionário, os alunos eram perguntados sobre em quais instrumentos o seu curso promovia debates a cerca da questão ambiental. A tabela 3 sintetiza os dados obtidos nessa pergunta. Através dos resultados dessa questão (Tabela 3), notou-se que a Instituição “B” possui o número de respostas positivas proporcionalmente maior do que os cursos das Instituições “A” e “C” em todos os tipos de debates (os valores de $p \leq 0,0106$).

Destaca-se que a menor proporção em todos os tipos de debates, nas três IES, para os trabalhos de campo sobre preservação do meio ambiente, pois em nenhuma delas as respostas

afirmativas ultrapassaram 23%, enquanto em todos os demais tipos havia ao menos uma resposta positiva com o valor, no mínimo, aproximado a 50%.

Tabela 3 – Tipos de debates acerca da questão ambiental promovido pelos cursos das Instituições A, B e C

Tipos	Instituição	Sim	%	Não	%	Total	<i>p</i> -valor
Palestras	A	35	25,2	104	74,8	139	0,0106
	B	45	43,3	59	56,7	104	
	C	29	30,5	66	69,5	95	
Discussões em sala	A	42	30,9	94	69,1	136	0,0006
	B	55	52,9	49	47,1	104	
	C	30	30,9	67	69,1	97	
Trabalhos de campo	A	7	5,0	132	95,0	139	0,0002
	B	24	22,9	81	77,1	105	
	C	12	12,5	84	87,5	96	
Projetos de pesquisa	A	27	19,4	112	80,6	139	< 0,0001
	B	68	65,4	36	34,6	104	
	C	16	16,5	81	83,5	97	
Projetos de monografia	A	36	26,1	102	73,9	138	< 0,0001
	B	66	63,5	38	36,5	104	
	C	13	13,4	84	86,6	97	
Eventos	A	59	43,4	77	56,6	136	< 0,0001
	B	65	63,1	38	36,9	103	
	C	25	25,8	72	74,2	97	
Outros	A	44	31,7	95	68,3	139	0,0035
	B	52	49,5	53	50,5	105	
	C	28	29,2	68	70,8	96	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Segundo as respostas dos alunos, percebe-se a expressividade do número de respostas positivas em relação às categorias “Discussão em sala de aula” e “Eventos”. Então, pelos professores trabalharem com apresentações de estudo de caso, uso de diferentes mídias (vídeos, slides, fotos, etc.) e demonstração do assunto a partir da realidade local em sala de aula, acredita-se que é o fator que impulsionou o maior número de respostas positivas por categoria neste primeiro grupo.

Prosseguindo com as entrevistas, os professores foram questionados se estimulam práticas sustentáveis em suas disciplinas, caso sim de que forma era realizada essa abordagem. A seguir, a afirmativa do Professor 3:

Sim. Dentro dessas dimensões propomos ações simples e práticas, na questão de redução e consumo de água e energia. Outro exemplo abordado é o descarte adequado de materiais na coleta seletiva, lixo eletrônico.

Outros exemplos trazidos pelos professores estão ligados à redução nos consumos de água e energia, copos descartáveis e papel. Ademais, com base nos relatos presenciados nas entrevistas observa-se que tais práticas sustentáveis incentivadas pelos professores possuem o apoio da coordenação dos cursos de administração e institucional, sendo que essas ações são também realizadas nos próprios espaços das instituições, como por exemplo, através da implantação de coletores para a prática de coleta seletiva, incentivando o descarte adequado de resíduos, recolhimento de lixo eletrônico por alguns cursos de graduação, projetos de extensão e pesquisa para visualizar a realidade e buscar ações transformadoras e, palestras e eventos motivando os outros cursos de formação superior, funcionários e colaboradores.

Ao analisar as práticas sustentáveis realizadas, os professores foram questionados se as suas disciplinas contribuem para que os formandos intervenham na melhoria/mudança de suas realidades, pensando na questão ambiental, caso a resposta fosse afirmativa, de qual forma. De modo geral, todos os entrevistados responderam que sim, que as suas disciplinas geram algum tipo de melhoria ou mudança na vida dos discentes. A seguir, são apresentados alguns relatos:

Eu acredito que sim. Os alunos, as pessoas que estão aqui se formando e passam a receber essas informações estão mais atentos as questões ambientais. Já tivemos uma oportunidade de ter isso acontecendo em trabalhos de monografia e alguns alunos foram estudar logística reversa, principalmente na questão do recebimento daqueles vasilhames de agrotóxicos. Apareceu outro trabalho em sala de aula, onde o aluno falava sobre o descarte de óleo na hora da troca de combustível, então há preocupação com aquela questão. Agora, o próprio meio ambiente, hoje, já está alertando de uma forma tão clara que as pessoas em sala de aula já discutem isso [...] Então, eu levo essa questão ambiental também para essa dimensão, de que eles vivenciam o problema e como gestores eles vão estar atentos a isso [...]
(PROFESSOR 1)

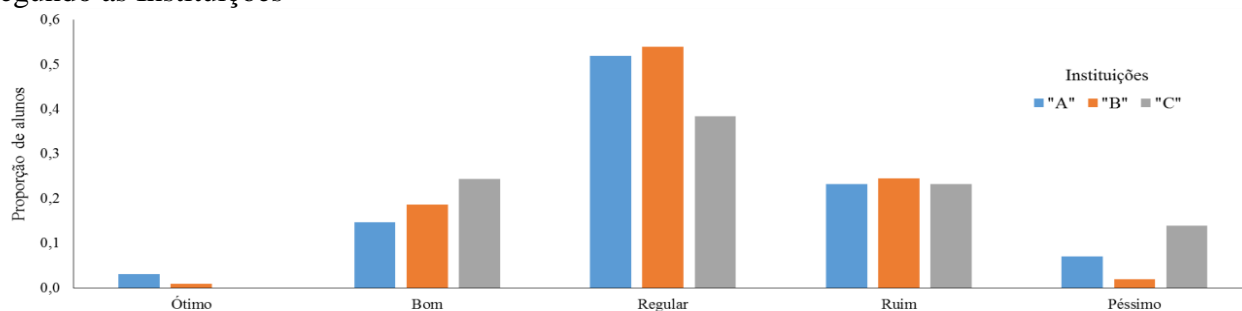
Não tenho dúvidas. Na disciplina de Organização, Sistema e Métodos, por exemplo, para mostrar que todo e qualquer processo de sistematização, de organização feita na empresa, os sistemas, as etapas e processos feitos lá dentro, eram totalmente responsáveis pela sustentabilidade da empresa. E inclusive, eu os estimulava dizendo o seguinte: “Olhem! Aprendam a fazer ISO 9000, aprendam a fazer ISO 14000, aprendam e acompanhem a gestão de ISOs porque são elas que vão tratar processos com vistas à sustentabilidade” (PROFESSOR 2).

Por essa razão, Tristão (2012) afirma que a temática do meio ambiente não é somente um assunto a ser acrescentado no currículo, mas toma uma dimensão essencial de todo processo educativo na construção das realidades do indivíduo, ou seja, contribuindo para a vida diária dos alunos, passando a ser utilizada de forma abrangente e de acordo com o contexto.

Diante dos questionamentos levantados aos alunos, o espaço foi aproveitado para indagar como os alunos veem o envolvimento do curso com as questões ambientais. Para resposta de tal, foram apresentadas cinco opções: ótimo, bom, regular, ruim, péssimo. Através das respostas (Gráfico 2), notou-se que as opiniões estão associadas às Instituições ($p = 0,0203$), sendo assim, nenhum aluno da Instituição “C” teve opinião “ótimo”, e a opinião

“péssimo” apresenta uma maior proporção (14,0%) também nos alunos na Instituição “C”. Outro ponto claro é a predominância do item “regular” na maioria das respostas em todas as instituições.

Gráfico 2 – Opinião em relação ao envolvimento do curso com as questões ambientais segundo as Instituições



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Como foi apresentado anteriormente nos relatos dos professores, são estimuladas práticas sustentáveis no âmbito da instituição envolvendo os cursos de graduação, inclusive os de administração, reforçando a ideia de que há um estímulo para a participação e mobilização dos alunos quanto às questões socioambientais. No entanto, verifica-se a partir da maioria das respostas dos alunos que a abordagem geral do tema é considerada regular como mostra o gráfico acima. Isto mostra que apesar de já ter havido um avanço no trabalho com as questões ambientais, estas são ações pontuais e incipientes, haja vista que não é percebido de modo satisfatório pelos graduandos.

Para Jacobi, Raufflet e Arruda (2011, p. 28), “As experiências e práticas educativas e de pesquisa interdisciplinares ainda são recentes e incipientes. Os processos de conhecimento buscam estabelecer cortes transversais na compreensão e explicação dos contextos de aprendizagem e de formação”. Esta fala é interessante, pois sintetiza a realidade encontrada, relatada e discutida nesta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada em três cursos de Administração de Instituições de Ensino Superior em Mossoró/RN, com o objetivo de identificar se e como trabalham a temática ambiental de acordo com a visão de professores e alunos, sujeitos desse estudo.

Foi identificado através das narrativas dos professores que a temática vem sendo trabalhada em sala de aula, com a inserção de ferramentas que possam facilitar o entendimento dos discentes, no entanto, em alguns momentos da pesquisa e ao cruzar os dados entre os dois grupos (alunos e professores), percebe-se que embora os discentes afirmem que as questões ambientais estão inseridas no escopo das disciplinas, estes não conseguem identificar uma abordagem mais efetiva de ações e práticas no que concerne ao assunto em questão, visto que alguns não conseguiram apresentar em quais disciplinas ou de que modo a temática ambiental vindo sendo trabalhada nos cursos em que estão inseridos.

Os resultados obtidos apontam que, apesar dos cursos pesquisados apresentarem a realização de práticas sustentáveis e o ensino da temática em algumas disciplinas, observou-se

que as ações são pontuais e não desenvolvidas de forma contínua, o que poderia ser procedente do tipo de comprometimento dos atores envolvidos.

Parte-se do ponto de que a Educação Ambiental deve estar inserida em todos os âmbitos da sociedade, principalmente no ambiente das IES que tem como papel a formação de cidadãos e futuros profissionais, os quais devem estar preocupados com as questões ambientais e aptos a trabalhar em prol da sustentabilidade.

Contudo, ressalta-se que se espera realizar outras pesquisas a partir desta, com o intuito de expandir o número de IES e de atores pesquisados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. C. de. **Educação ambiental no ensino superior: disciplinaridade em discussão**. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2008. 166 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESA, Rio de Janeiro, 2008.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. da. **Educação ambiental na formação do administrador**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BARBOSA, L.C. Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil. **Anais do IV Encontro Nacional da Anppas**, v. 4, n. 5, p. 1-21, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- BRASIL. Lei Nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- CHERUBINI, Iris Cristina Barbosa. A educação ambiental e a interdisciplinaridade em sala de aula. In: **EPEA – Encontro Paranaense de Educação Ambiental**, 14, 2013, Cascavel. Anais... Cascavel: Universidade Federal do Paraná, 2013.
- CURI, Denise. Visão sistêmica no Brasil e no mundo. In: CURI, Denise (Org.). **Gestão Ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. Cap. 5, p. 97.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GIESTA, L. C. Educação Ambiental em organizações certificadas pela ISO 14001: um estudo exploratório. In: GIESTA, Lílian Caporlúngua; LEITE, Rodrigo de Almeida. (Orgs.) **Responsabilidade Social e Gestão Ambiental**. Natal: EDUFRRN, 2010. p. 176.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 191-192, mar. 2003.
- JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovesse de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM - Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 12, no 3, Edição Especial, p. 21-50, maio-jun. 2011.

LAYRARGUES; P.P. **Crise ambiental e suas implicações na educação**. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/LayrarguesCriseAmb.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RUIZ, J. B. et al. Educação ambiental e os temas transversais. **Revista de Ciências Humanas da UNIPAR – Akrópolis**, Umuarama, v. 13, n. 1, jan./mar. 2005.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

SILVA, M. R.; PESSOA, Z. S. **Educação como Instrumento de Gestão Ambiental numa Perspectiva Transdisciplinar**. Disponível em:

<<http://cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo19.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

TOZZONI-REIS, M. F. C. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior.

Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 5, n. 9, p. 33-50, 2001. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/1801/180114091003.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2017.

TRISTÃO, M. As dimensões e os desafios da educação ambiental na contemporaneidade. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 11, p. 233-249.